

“É muito mais difícil ser um soldado bom e obediente quando as coisas vão mal e os tempos são difíceis”: A Segunda Guerra Mundial aos olhos do conselheiro militar de Hitler

 Maria Visconti Sales*

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar a narrativa sobre a Segunda Guerra Mundial nos testemunhos de Wilhelm Keitel durante o Julgamento de Nuremberg (1945-1946). O nazismo, por ser um regime embasado em uma ideologia que prevê a luta de raças e o imperativo da lei do mais forte, tem a guerra não como um desvio, e sim, como uma parte fundamental de seus princípios. Sendo assim, como Keitel, um general, marechal de campo, chefe de comando das Forças Armadas e conselheiro militar de Hitler, enxergava a guerra? O que significou, para esse homem, a obediência e a lealdade à nação e ao exército? Suas narrativas concedidas ao psiquiatra Leon Goldensohn na prisão de Nuremberg nos auxiliam a compreender a relação direta entre o mito da raça ariana corporificado no Führer e a necessidade da atuação expansionista dessa raça, que culminou em políticas desumanas de violência e de “limpeza” racial nos países ocupados.

Palavras-chave: Nazismo, Segunda Guerra Mundial, Terceiro Reich, Ideologia, Julgamento de Nuremberg.

“It is much harder to be a good, obedient soldier when things go badly, and times are hard”: The Second World War through the eyes of Hitler’s military adviser

Abstract: The purpose of this article is to analyze the narrative about the Second World War in the testimonies of Wilhelm Keitel during the Nuremberg Trials (1945-1946). Nazism, being a regime based on an ideology that predicts the struggle of races and the imperative of the law of the strongest, has war not as a diversion, but as a fundamental part of its principles. So how did Keitel, a general, field marshal, commander of the armed forces, and Hitler's military adviser, view the war? What did obedience and loyalty to the nation and the army mean to this man? His narratives given to psychiatrist Leon Goldensohn in Nuremberg prison help us to understand the direct relationship between the myth of the Aryan race embodied in the Führer and the need for the expansionist performance of that race, which culminated in inhumane policies of violence and racial “cleansing” in the occupied countries.

Keywords: Nazism, Second World War, Third Reich, Ideology, Nuremberg Trials.

* Doutoranda em História e Culturas Políticas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Autoritarismo e Totalitarismo (NEPAT-UFMG), bolsista CAPES. E-mail: mariavisconti92@gmail.com



Introdução

O objetivo deste artigo, baseado na minha pesquisa de doutorado, está em investigar um dos eventos históricos mais marcantes do século XX: o Julgamento de Nuremberg, ocorrido na Alemanha, entre os anos de 1945 e 1946. O julgamento foi um grande marco na história contemporânea e incorporou muitos dos ideais propostos na campanha de desnazificação dos Aliados após a Segunda Guerra Mundial. No banco dos réus estavam não apenas membros do alto escalão do Partido Nazista (NSDAP), como Hermann Göring, como também, outros membros mais abaixo na cadeia de comando, com diferentes graus de inserção na cúpula decisória, mas com relevância suficiente para serem julgados – ou, pelo menos, que estavam vivos para serem julgados. O tribunal julgou efetivamente vinte e um homens (Martin Bormann foi julgado *in absentia*), dos quais: onze foram condenados à morte por enforcamento, três foram condenados à prisão perpétua, dois a vinte anos de prisão, um a quinze anos de prisão, um a dez anos de prisão e três foram considerados inocentes. Dos condenados à prisão, foram poucos que cumpriram toda a pena.

Muitos dos réus estavam sendo julgados pela representatividade de sua categoria e não necessariamente pelos seus crimes individuais, uma vez que em Nuremberg também estavam sentenciadas as organizações do Partido Nazista: o gabinete do Reich, a SS (*Schutzstaffel*), a SA (*Sturmabteilung*), a SD (*Sicherheitsdienst*), as lideranças das Forças Armadas, a Gestapo (*Geheime Staatspolizei*). O tribunal também foi, de fato, um marco por ter sido o primeiro de uma série de julgamentos posteriores, que continuam até os dias atuais. Pretende-se pensar, neste caso, sobretudo, como a Segunda Guerra Mundial é percebida aos olhos dos nazistas durante seus testemunhos nesse julgamento, tomando como exemplo o caso de Wilhelm Keitel, general, marechal de campo, chefe de comando das Forças Armadas e conselheiro militar de Adolf Hitler. Utilizarei, para essa análise, suas entrevistas concedidas ao psiquiatra Leon Goldensohn durante o julgamento no ano de 1946.

As entrevistas coletadas por Goldensohn estão contidas em um livro editado pelo historiador canadense Robert Gellately, *The Nuremberg Interviews: an american psychiatrist's conversations with the defendants and witness*, publicado nos Estados Unidos e no Brasil em 2005 com um prefácio do historiador. O entrevistador era um psiquiatra estadunidense que chegou em Nuremberg com apenas 34 anos. Ele não falava alemão e por vezes conversava com os julgados diretamente em inglês, e em outros momentos, com o auxílio de G.M. Gilbert, um psicólogo que exercia a função de tradutor, e que posteriormente publicou sua versão dos acontecimentos em *Nuremberg Diary* (1995). Goldensohn fazia anotações detalhadas, registrava as perguntas e as respostas e suas impressões de modo a ter um compilado de reflexões bem abrangente, no entanto, é importante ressaltar que o livro conta com uma *seleção* desse material¹. Algumas entrevistas são extensas e outras são bem reduzidas – como a de Albert Speer de apenas uma página – e alguns nazistas julgados sequer aparecem nesse livro.

As condições dessas entrevistas são claras tanto para os nazistas quanto para o psiquiatra: Goldensohn faz parte de uma linha médica tradicional da época que buscava entender os nazistas em suas possíveis psicopatias. Sua função em Nuremberg era atestar a saúde mental dos réus, ainda que muitos deles se sentissem mais confortáveis em falar com Goldensohn do que com os interrogadores do tribunal. É perceptível também como muitos utilizam dessas entrevistas como uma forma de deixar uma declaração consciente para o futuro sobre o que foi o nazismo, pensando no que a memória deveria apreender deste momento da história alemã e dos próprios alemães. Sendo assim, a análise proposta nesse artigo parte do pressuposto de que esse discurso visa uma isenção de responsabilidade, não só a nível jurídico como também a nível histórico, pensando especialmente que as narrativas produzidas são discursos de si mesmos *para si mesmos* e de si mesmos *para*

¹ Robert Gellately deixa claro na introdução que foi feito, de fato, um trabalho de edição. O livro é uma seleção corrigida e abreviada dos documentos originais, já que as entrevistas eram formais e longas, e alguns cortes, portanto, se fizeram necessários. O arquivo com as entrevistas na íntegra está disponível em Washington, nos arquivos do Holocaust Memorial Museum: https://collections.ushmm.org/findingaids/2012.430.1_01_fnd_en.pdf. Acesso em 24/11/20.

o mundo. O foco, portanto, não é a sinceridade ou a verdade do que se está sendo dito naquele momento e sim a narrativa que se constrói e a forma como ela lida com a ideia de responsabilidade. Como Keitel enxergava a guerra? Como ele entendia a necessidade do fortalecimento no *front* externo, nas trincheiras, mas também, o *front* interno, com a eliminação de todo e qualquer sentimento derrotista? O que significou, para esse homem, a obediência e a lealdade a nação e ao exército? Estas são algumas perguntas que este artigo pretende se debruçar.

Para refletir sobre as questões acerca da responsabilidade individual sobre a guerra, é necessário analisar o caminho que a historiografia sobre o Terceiro Reich percorreu ao longo dos anos. Em seu livro *O Hitler da história*, John Lukacs reitera que a partir da década de 1950, houve uma tendência na historiografia de se considerar o stalinismo, e sua consequente, porém errônea, identificação com o comunismo, como mais perigosos do que o nazismo de Hitler. Colocar o nazismo como uma versão mais branda do stalinismo deu origem a chamada teoria das duas guerras, que, de acordo com Lukacs, entendia que a guerra do Terceiro Reich contra as democracias ocidentais deveria ter sido evitada, porém, a guerra da Alemanha, como uma defensora da civilização ocidental, contra a Rússia soviética, deveria ser compreendida. O historiador reitera que essa disposição “equivale (e ainda equivale) pelo menos ao perdão parcial do povo alemão e de seus exércitos durante a II Guerra Mundial, embora não de Hitler” (Lukacs, 1998: 23).

Essa tendência perdurou até fins de 1980, com a chamada “Batalha dos historiadores”, quando Ernst Nolte lançou o artigo *The past that won't go away*, em que tentava entender o nazismo alemão como uma reação ao bolchevismo russo, de modo que os horrores do sistema de campos de concentração soviéticos teriam precedido e levado aos de Auschwitz. Os historiadores Andreas Hillgruber e Joachim Fest reiteraram que esse tipo de disputa historiográfica foi motivada, em muitos sentidos, por uma tentativa de reabilitação das Forças Armadas alemãs durante a Segunda Guerra - ou seja, um esforço de positividade e de construção de uma narrativa heroica sobre a *Wehrmacht* (LaCapra, 1992). Essa querela historiográfica nos mostra

como existiu, de muitas maneiras, uma separação entre os crimes nazistas e o exército alemão; partes da mesma moeda que não se encontram, entidades separadas. Não há a menor dúvida nem na historiografia nem no imaginário popular acerca da culpa das tropas de assalto nazistas, as tão temidas SS e todos os seus ramos - sobretudo os *Einsatzgruppen*, o esquadrão da morte comandado pela SS, responsável pela execução em massa durante a guerra nos territórios ocupados, sobretudo na Polônia, e os *Sonderkommandos*, unidades especiais da SS encarregadas de tarefas específicas, incluindo o extermínio, deportação e encobrimento de evidências do extermínio. A magnitude do Holocausto não nos deixa questionar essas unidades pessoalmente e diretamente responsáveis pelo genocídio. No entanto, a pergunta paira no ar: e o exército?

Esse questionamento foi retomado recentemente, em 2019, quando o Exército Brasileiro fez uma homenagem ao major do Exército Alemão Otto von Westernhagen, causando revolta entre os historiadores nas redes sociais. É razoável inferir que ainda na atualidade parece não haver um consenso sobre essa possível – ou impossível - separação entre o exército e o Terceiro Reich. Defender essa fragmentação pode significar a adesão a outras agendas perigosas, no entanto, a busca do distanciamento é antiga: em 1946, em Nuremberg, os nazistas já estavam buscando essa redenção das Forças Armadas. Como muitos dos réus fizeram parte de algum grau do escalão do exército, era de seu interesse demonstrar como servir ao regime nazista era similar a servir a qualquer outro regime – e esse é o caso de Keitel. A obediência ao país acabava sendo conveniente em suas justificativas, mas o que tentarei mostrar aqui é como essas justificativas esbarram com frequência na própria responsabilidade dos militares no extermínio em muitas localidades.

Analisar as narrativas de Wilhelm Keitel focando na sua perspectiva sobre a Segunda Guerra Mundial é bastante propício para uma maior compreensão das dinâmicas de violência dentro do Terceiro Reich. Afinal, a Segunda Guerra foi o maior conflito dos tempos modernos, com o maior número de mortos e com a inserção de tecnologias nunca antes utilizadas

para aumentar a eficiência de combate. De acordo com Hannah Arendt, foi com as bombas atômicas em 1945 que ingressamos em um tempo novo, o mundo moderno, um mundo distinto da era moderna que havia se iniciado no século XVII (Arendt, 2020). A Europa estava totalmente destruída após o conflito, tanto economicamente quanto estruturalmente – e, também, moralmente. A devastação da Segunda Guerra foi muito superior à da Primeira e só foi possível ver uma pequena melhoria estrutural em 1949. Os bombardeios a partir de 1942 deixaram cidades às cinzas - como foi o caso de Dresden e Colônia, na Alemanha -, as ferrovias e estradas estavam destruídas, em muitos locais não havia energia ou água, havia mais de cinquenta milhões de pessoas desabrigadas em todo o território europeu, a produção agrícola havia caído pela metade, a desnutrição e os problemas de saúde eram generalizados e influenciados também pela escassez de remédios e de alimentos, muitos prisioneiros de guerra precisavam ser libertados e realocados e mais de um milhão morreram somente na União Soviética. As perdas humanas foram pelo menos quatro vezes maiores que na Primeira Guerra Mundial (Kershaw, 2016). Ou seja, a Europa que precisaria se reerguer após 1945 necessitaria fazer isso não só em nível ideológico e moral, mas também, e principalmente, em nível estrutural e econômico.

O Julgamento de Nuremberg serviu como um primeiro passo em direção a essa reestruturação moral da Alemanha e constituiu a base para os julgamentos posteriores, inclusive os NMT (*Nuremberg Military Tribunals*), os famosos julgamentos subsequentes realizados apenas pelo governo estadunidense e não mediante uma corte internacional. Um dos casos do NMT foi precisamente o Julgamento do Alto Comando (*High Command Trial*), no qual foram levados ao banco dos réus quatorze generais do Exército Alemão que serviram no alto escalão das Forças Armadas nazistas. O caso de Wilhelm Keitel é fundamental nessa análise justamente por ele ser um dos militares de maior escalão sendo julgado naquele tribunal inaugural. Este homem, tão próximo e tão devoto a Adolf Hitler, passa boa parte de sua narrativa defendendo ser apenas um soldado como qualquer outro, o que o isentaria de qualquer responsabilidade acerca do papel do exército no projeto racista do Terceiro Reich – um projeto que, em seus discursos, o marechal deixa

perceber sua concordância e adesão ideológica. Este texto tentará elucidar essas questões pensando, sobretudo, nas raízes da ideologia nacional socialista e como ela estava diretamente ligada a um ideal bélico e violento.

“Guerra eterna é uma lei da vida” (Chapoutot, 2018: 156)

De acordo com o historiador Richard Evans, o juramento militar, que tradicionalmente era feito a nação alemã, passou a ser, a partir de 1934, um juramento de lealdade pessoal a Hitler (Evans, 2014a). A *Reichswehr*, organização do exército até 1935, quando foi unificada com a *Wehrmacht*, composta pelo exército, marinha e forças aéreas, não estava mais a serviço da Alemanha: estavam todos a serviço do Führer (Evans, 2014b). Isso é especialmente importante se levarmos em consideração que esse foi um juramento realizado muito antes da Segunda Guerra Mundial. Há aqui uma conexão profunda entre a guerra e o Führer. Ian Kershaw é um autor que nos auxilia muito a pensar na relação entre a guerra e a figura de Hitler, bem como a relação dos próprios nazistas com o seu líder. Afinal, estes homens estavam sendo julgados por, teoricamente, obedecer às ordens de um Führer que não estava no tribunal – algo que faz com que muitos nazistas se ressintam de Hitler, inclusive Wilhelm Keitel. De acordo com muitos réus, o Führer os havia abandonado no pior momento e os deixado para serem julgados por todos os crimes do Terceiro Reich.

Partindo do culto a personalidade de Adolf Hitler, Kershaw introduz o conceito de “trabalhar em direção ao Führer” (*working towards the Führer*), conceito cunhado ao ler o discurso de um funcionário nazista em 1934, que afirmava que “é o dever de todos trabalhar em direção ao Führer nos moldes que ele desejaria” (Kershaw, 2009: 41-42). Esta noção desempenhou um papel chave na radicalização da política da chamada Questão Judaica, visto que a interpretação que o funcionário teria das ordens de Hitler levou a violências extremas por parte de funcionários da SS – como o famoso caso de Adolf Eichmann (Arendt, 1999) -, mas também significava um desejo de aprovação percebido em todos os graus de inserção dentro do Partido e na própria população. Trabalhar em direção do Führer poderia querer dizer uma infinidade de coisas diferentes e perpassar por vários graus de culpa e

responsabilidade diferentes. Hitler, com seus discursos, dava o tom do que poderia ser interpretado e, a partir daí, temos diversas formas de colaboração, dentro e fora do Partido, que eram necessárias para o resultado final da sua visão: a construção do mundo ariano. O trabalho em direção ao Führer, aliado ao juramento pessoal de fidelidade ao líder, criava uma situação que os próprios nazistas denominam de Princípio de Liderança (*Führerprinzip*): autoridade de baixo para cima e responsabilidade de cima para baixo.

Dessa maneira, a lógica e estrutura militar de obediência vem muito a calhar para esses homens durante todo o Terceiro Reich, sobretudo quando a guerra se inicia. O Princípio de Liderança também é abordado por Hannah Arendt em *Origens do Totalitarismo*. De acordo com a filósofa, esse princípio não seria totalitário em si, uma vez que ele advém do autoritarismo e de ditaduras militares tradicionais. A diferença da aplicação desse princípio em um regime totalitário como o nazista se daria no momento em que o líder passa a ocupar a posição central e quando, de fato, não existe mais uma hierarquia de comando. Em uma organização tradicional de exército, no modelo militar, existe um poder que emana de cima para baixo e que demanda obediência absoluta de baixo para cima, algo mais circunstancial. No entanto, no nazismo, existia uma "hierarquia flutuante, com a constante adição de novas camadas e mudanças de autoridade" (Arendt, 1989: 419). Arendt afirma que:

Uma escala de comando hierarquicamente organizada significa que o poder do comandante depende de todo o sistema hierárquico dentro do qual atua. Toda hierarquia, por mais autoritária que seja o seu funcionamento, e toda escala de comando, por mais arbitrário e ditatorial que seja o conteúdo das ordens, tende a estabilizar-se e constituiria um obstáculo ao poder total, do líder de um movimento totalitário. Na linguagem dos nazistas, é o 'desejo do Führer', dinâmico e sempre em movimento – e não as suas ordens, expressão que poderia indicar uma autoridade fixa e circunscrita –, que é a lei suprema' num Estado totalitário. O caráter totalitário do princípio de liderança advém unicamente da posição em que o movimento totalitário, graças à sua peculiar organização, coloca o líder, ou seja, da importância funcional do líder para o movimento (Arendt, 1989: 414).

Neste sentido, esse “desejo do Führer”, que se relaciona com o “trabalho em direção ao Führer” como definido por Kershaw, cria uma situação em que os próprios oficiais do exército, ainda ligados a uma lógica militar do Princípio de Liderança autoritário tradicional, recebem uma nova camada de perda de responsabilidade. Esse casamento da obediência militar com a nova “responsabilidade flutuante” (Bauman, 1998) forja uma nova dinâmica em que Hitler aparece como o único responsável pelo Terceiro Reich e pela Segunda Guerra Mundial, o que é extremamente conveniente nos discursos dos julgados em Nuremberg. No entanto, é fundamental lembrar que a guerra foi parte constitutiva da ideologia nazista. Como lembra Kershaw, “A guerra não foi acidental ao nazismo. Estava no seu âmago. A guerra teve que ser travada e não poderia ser adiada até um momento mais favorável” (Kershaw, 2009: 36). Por ser um regime embasado na luta de raças, uma guerra era apenas uma consequência de uma luta que já iria acontecer na natureza, onde os mais fracos inevitavelmente iriam ser subjugados pelos mais fortes. Como reitera Hannah Arendt, as Leis da Natureza se aplicariam como sempre se aplicaram, e a ideologia totalitária abarca completamente a noção de guerra total - afinal, o totalitarismo tem a perspectiva de dominação mundial (Arendt, 1989). A guerra, portanto, não é um desvio, e sim parte fundamental da ideologia nazista.

Com princípios pautados nas normas raciais, existia, portanto, para muitos nazistas, a perspectiva de que se o povo alemão desejava viver, era imperativo travar uma luta por sua existência. O historiador Johann Chapoutot chama atenção para esse aspecto ao nos lembrar que um dos preceitos ideológicos do movimento era o de que “toda vida é luta”. O NSDAP havia lançado um documentário em 1937 justamente com esse título e havia um jornal da SS que afirmava que a “guerra eterna é uma lei da vida” (Chapoutot, 2018: 156). Isso significava, basicamente, uma concepção darwinista de mundo, algo que Adolf Hitler já havia reforçado diversas vezes em *Mein Kampf*: na luta pela vida, apenas os melhores, os mais adaptados à luta, iriam sobreviver. A lei do mais forte, uma lei da natureza, também se aplicava aos homens, já que estes também eram parte dessa mesma natureza e, sendo assim, a natureza sempre fortaleceria o mais forte e

enfraqueceria o mais fraco (Chapoutot, 2018). Essa luta que se travava entre outras raças também se apresentava em uma luta interna: era necessário lutar contra a fraqueza e a mediocridade dentro de si. Era preciso lutar contra si mesmo e contra tudo que lhe havia sido ensinado para ser um verdadeiro representante da raça ariana, afinal, todos esses ensinamentos ao longo de séculos pertenciam a uma cultura – judaica – que ia contra a própria raça ariana. Havia uma guerra em curso que visava a eliminação biológica do povo alemão e não agir era sentenciar esse povo à morte. A comunidade germânica era uma *Volksgemeinschaft*, uma comunidade do povo, mas era, ainda, uma *Kampfgemeinschaft*, uma comunidade de combate, de luta (Chapoutot, 2018). De acordo com Arendt, a *Volksgemeinschaft* “era apenas a preparação propagandística para uma sociedade racial ‘ariana’ que, no fim, teria destruído todos os povos, inclusive os alemães” (Arendt, 1989: 410).

A vida é luta e nem o próprio ariano estaria isento dela. Sendo assim, quando os nazistas em Nuremberg compreendem a luta do povo alemão pelo seu desejo de viver, eles estão, fundamentalmente, reproduzindo um discurso ideológico nacional socialista – e isso é perceptível na narrativa de Wilhelm Keitel. Os oficiais militares não estavam isentos de serem impactados por esse viés ideológico por conta da propaganda totalitária, já que, como afirma Arendt: “na Alemanha nazista, duvidar da validade do racismo e do antissemitismo, quando nada importava senão a origem racial, quando uma carreira dependia de uma fisionomia ‘ariana’” era o mesmo que “colocar em dúvida a própria existência no mundo” (Arendt, 1989: 412). A brutalidade e velocidade com que os militares alemães agiram durante a Segunda Guerra dizia respeito a esse imperativo: o tempo estava se esgotando para a raça germânica, o combate era uma urgência biológica (Chapoutot, 2018). Se o mundo era definido pela luta de raças, o estar no mundo só poderia ser entendido de um lado ou de outro do espectro. Negar a premissa era negar a sua própria existência nesse mundo – e Keitel não era um grande negacionista da premissa.

Ao fazer essa análise dos aspectos ideológicos que perpassam o Terceiro Reich e o movimento nacional socialista é possível compreender mais

profundamente as narrativas dos nazistas julgados em Nuremberg e ter uma noção menos ingênua acerca de suas justificativas, sobretudo quando estas tocam tão diretamente na questão da responsabilidade pessoal sobre a violência. Partiremos neste momento para a investigação do discurso de Wilhelm Keitel, tendo no horizonte a sua função na cadeia de comando do regime nazista e, sobretudo, sua posição dentro da lógica militar da *Wehrmacht* e os impactos desse fundamento da obediência em sua percepção sobre seu papel na construção do mundo ariano.

“Sou um simples soldado, e nada convence mais um soldado do que sucesso” (Goldensohn, 2005: 210)

O conselheiro militar do Führer, Wilhelm Keitel, foi julgado em Nuremberg por crimes de conspiração, crimes contra a paz, crimes de guerra e crimes contra a humanidade. Ele foi considerado culpado das quatro acusações e enforcado em 16 de outubro de 1946, depois de ter seu pedido de morte por fuzilamento (uma morte mais honrosa e tradicional do ponto de vista militar) negado.

Keitel relata com orgulho toda a sua trajetória militar, enaltecendo suas principais conquistas, como o emblema de ouro que recebeu de Hitler em abril de 1939 pela marcha a Checoslováquia. Nas entrevistas, o general confirma o argumento de Ian Kershaw: um dos grandes problemas em colocar a culpa da Segunda Guerra apenas em Hitler era que, de fato, o Führer havia sido bem-sucedido em muitos aspectos da política internacional por meios supostamente diplomáticos. O general menciona a campanha do Ruhr, da Renânia e da anexação da Áustria como exemplos de sucessos políticos que não requereram sequer a utilização das Forças Armadas. A perspectiva de que tudo seria conquistado sem o derramamento de sangue também era visto por Keitel como um triunfo, demonstrando uma visão de que a Segunda Guerra Mundial havia sido o último recurso, uma necessidade após tentativas pacíficas:

Ele [Hitler] era um gênio, no meu conceito. Para mim, um gênio é um homem com tamanha capacidade de olhar para o futuro, com uma tremenda capacidade para sentir as coisas,

com um conhecimento tão extenso de questões históricas e militares, que quero usar a palavra com referência a Hitler. Além disso, sou um simples soldado, e nada convence mais um soldado do que o sucesso. Por todo o verão de 1938, eu repetidamente disse para ele que não deveríamos travar guerra com a Checoslováquia, por nenhum preço, porque ela seria prejudicial. Hitler sempre dizia que eu me acalmasse, que não haveria guerra. Dizia que precisava de um exército mais forte como um meio para o sucesso. *Isso também foi um sucesso.* Não houve guerra (Goldensohn, 2005: 210-211).

De acordo com Kershaw, Hitler havia preparado o caminho diplomático apesar de ele próprio nunca ter tido a visão de uma grande Alemanha conquistada por meio da paz. Em um discurso de 1938, o Führer declara que “as circunstâncias me obrigaram a falar durante décadas quase que exclusivamente de paz” já que “somente através da ênfase contínua no desejo alemão de paz e intenções de paz foi possível para mim fornecer ao povo alemão os armamentos que sempre foram necessários como a base *para o próximo passo*” (Adolf Hitler *apud* Kershaw, 2001: 123-124). Nesse sentido, Hitler produziu, conscientemente, uma imagem de paz, de que ele próprio não queria a guerra – e essa imagem foi consciente precisamente porque esses não eram seus planos desde o princípio. Os sucessos na política internacional apresentaram-se como um forte instrumento de reintegração política e permaneceram na memória alemã como uma reafirmação da capacidade do líder nazista de devolver à Alemanha o seu caráter grandioso (Kershaw, 2001). A propaganda estava sempre pronta para confirmar o que a população alemã já estava pronta para acreditar e os próprios nazistas não estavam distantes dessa manipulação ideológica – e Keitel é a prova disso. Ainda que o consenso e o apoio da população esteja embasado, em parte, pela má compreensão das verdadeiras intenções de Hitler em relação à guerra, Kershaw reforça que “a guerra de Hitler foi *a guerra da Alemanha*” e que até mesmo os oponentes ideológicos do nacional-socialismo “estavam preparados, por razões patrióticas e pelo ‘dever à Pátria’ – que agora era difícil distinguir do dever ao Führer – para permitir que Hitler fizesse a guerra”, ainda que essa guerra fosse tão indesejável inicialmente (Kershaw, 2001: 144).

A ocupação da Polônia e o prelúdio da Segunda Guerra Mundial, no entanto, ainda que com uma incessante propaganda, foram recebidos pela população alemã com olhares confusos: as pessoas não entendiam o exato motivo da guerra ou a necessidade da mesma, não compreendiam completamente o significado da ação na Polônia e, portanto, não estavam entusiasmadas como na Primeira Guerra Mundial (Kershaw, 2001). Ainda assim, o caráter ideológico e propagandístico do nacional socialismo explorou até o fim a perspectiva de uma guerra total, na qual somente dois cenários eram possíveis: ou a Alemanha triunfaria em um grande Reich e construiria uma nova Europa baseada em critérios raciais; ou a Alemanha perderia a guerra e, assim, todo o potencial desse novo futuro. Em 1945, Hitler, em seu testamento político antes de seu suicídio, deixava claro que “as únicas pessoas a serem culpadas por essa guerra cruel seriam os judeus” (Evans, 2014^a: 832). A guerra total, na qual a Alemanha deveria se reerguer como um organismo vivo (Arendt, 1989) de arianos, dependia precisamente de pessoas dispostas a travar essa guerra. Sendo assim, o papel do exército já não poderia ser passivo ou como o de qualquer exército em qualquer guerra. Essa era uma guerra *racial*.

Wilhelm Keitel, não obstante, reafirmava sua posição como mero soldado e não como membro do Partido, diferenciando seu lugar em relação ao alinhamento ideológico. Dizia apenas acompanhar Hitler nas reuniões do Partido, mas não nas reuniões secretas – onde, supostamente, as decisões “ruins” estavam sendo tomadas. Ele afirma que era “um soldado” e que trabalhou “para o Kaiser e sob as ordens de Ebert, Hindenburg e Hitler, *sempre da mesma maneira*, nos últimos 44 anos” (Goldensohn, 2005: 202). Em sua perspectiva, portanto, não havia diferença entre ser um militar que trabalhava para o Kaiser ou ser um militar que trabalhava para Hitler – ainda que estivesse sendo julgado especificamente pelo seu papel e sua atuação na Segunda Guerra Mundial. De maneira geral, os militares nazistas têm a tendência de não enxergar a Segunda Guerra como uma guerra singular e diferente de qualquer outra guerra anterior; não lhes parece compreensível um julgamento sobre ações militares naquele momento, uma vez que não havia sido feito um julgamento similar após a Primeira Guerra. A narrativa da

diferenciação entre as duas guerras se dá, portanto, pelo bloco vencedor, que não por acaso é o bloco da acusação. Quem enxergava a linha que foi cruzada e aceitava como passível de compreensão a Primeira Guerra e não a Segunda são, sobretudo, os Estados Unidos – ainda que o país não estivesse disposto a assumir a sua responsabilidade pelas suas ações no conflito. Nesse momento não deixa de ser pertinente lembrar o caráter político desse tribunal e a inexistência de um julgamento sobre as bombas atômicas, que foram consideradas “necessárias” para a finalização da batalha. Se a Primeira Guerra terminou com um tratado, a Segunda terminaria com um julgamento – um julgamento não apenas jurídico, como também histórico, político e moral (Priemel, 2016).

A Guerra das Guerras construiu a noção de Guerra Total, mas, de acordo com a acusação, os nazistas haviam levado o combate para outro nível, um nível não civilizado e passível de punição por ter ferido direitos humanos básicos – conceito também criado especificamente para o julgamento em Nuremberg. Todavia, na perspectiva de Keitel, os soldados alemães eram “bons e decentes, e se fizeram algo de errado, foi por necessidade militar” (Goldensohn, 2005: 202). Dessa maneira, a não diferenciação de Keitel entre suas atividades enquanto militar nos diferentes regimes que serviu se apresenta como um prelúdio da Batalha dos Historiadores décadas depois: uma tentativa de reabilitação das Forças Armadas e do seu papel enquanto um general – e não um nazista. Na compreensão do militar, ele havia buscado evitar a guerra, mas quando ela se tornou uma necessidade, era seu papel liderar a Alemanha para a vitória. Keitel diz que “sempre quis ser um cavalheiro do campo, um silvicultor, e veja em que confusão me meti só porque fui fraco e me deixei convencer a fazer certas coisas” (Goldensohn, 2005: 205).

Apesar de tentar, na superfície, assumir total responsabilidade pelos erros cometidos, o general coloca Hitler como o centro das decisões: ainda que ele tenha assinado as ordens como Keitel, essas ordens foram originárias, primeiramente, do Führer, já que era do desejo de Hitler que “todo o poder e o comando residissem nele”. Neste sentido, ele afirma:

Eu não tinha nenhuma autoridade. Era marechal-de-campo apenas de nome. Não tinha nenhuma tropa, nenhuma autoridade – apenas cumpria as ordens de Hitler. Eu tinha jurado fidelidade a ele. Uma das principais ideias de Hitler era que cada ministro e funcionário devia tratar apenas do que fosse da sua alçada. Por isso só tomei conhecimento de alguns assuntos aqui no tribunal. Não tinha nenhuma ideia dos planos gerais de Hitler. Recebi ordens para me limitar aos assuntos militares (Goldensohn, 2005: 202-203).

A afirmação de que só descobriram a extensão dos crimes do Terceiro Reich durante os julgamentos é um argumento recorrente entre os nazistas. No entanto, em outro momento da entrevista, Keitel declara que em meados de 1938 já havia percebido o rumo das coisas, recorrendo à justificativa de “o que eu poderia fazer?”. Em sua perspectiva, só havia a opção de obedecer, cometer suicídio ou ser morto por se recusar a obedecer, já que ele não poderia se aposentar em tempos de guerra por ser o comandante do exército. Keitel repete inúmeras vezes nas entrevistas que não poderia ter agido de outra forma:

Depois que as coisas ficaram ruins e houve revezes, eu disse para mim mesmo: onde estou, estou. Só se pode ser morto num lugar. Não está certo ser obediente apenas quando as coisas andam bem. É muito mais difícil ser um soldado bom e obediente quando as coisas vão mal e os tempos são difíceis. Obediência e confiança nesses tempos são uma virtude (Goldensohn, 2005: 211).

Adolf Eichmann, o famoso “perito em questões judaicas” e um dos grandes responsáveis pelo Holocausto, também recorre a essa justificativa da impossibilidade de reação em seu julgamento em 1961 em Jerusalém. Dessa maneira, podemos observar como Nuremberg pavimentou o caminho da noção de impossibilidade de desobediência, ainda que nos próprios documentos de Nuremberg não tivesse sido encontrado “nenhum caso de um membro da SS que tenha sofrido pena de morte por se recusar a participar de uma execução” (Herbet Jäger *apud* Arendt, 1999: 107). O caso de Keitel possui uma diferença fundamental, visto que ele era membro do exército e, portanto, passível de um julgamento militar – ainda que tal julgamento nunca tenha ocorrido e outros membros da burocracia que não eram parte da SS e que se recusaram a participar dos esforços de guerra foram apenas afastados

por Hitler, como é o caso de Constantin von Neurath, também julgado em Nuremberg, Ministro das Relações Exteriores até 1938 e que, após repetidos pedidos de remoção de seu cargo foi finalmente substituído por Reinhard Heydrich em 1941. Ainda assim, Hannah Arendt reforça a diferença entre a possibilidade de negação de ordens de um membro da SS e de um membro do exército:

No próprio julgamento, uma testemunha de defesa, [Erich] von dem Bach-Zelewski declarou que: 'era possível evitar um encargo por meio de um pedido de transferência. Sem dúvida, em casos individuais, era preciso estar preparado para certas punições disciplinares. Não havia, porém, nenhum perigo de vida'. Eichmann sabia muito bem que ele não estava de forma nenhuma na clássica 'posição difícil' de um soldado que pode 'ser passível de fuzilamento por uma corte marcial se desobedecer a uma ordem, e de enforcamento por um juiz e júri se obedecer'- como afirma Dicey em seu famoso *Law of the Constitution* -, porque como membro da SS ele nunca esteve sujeito à justiça militar, só podendo ser julgado pela polícia e pelo tribunal da SS. Em seu último depoimento à corte, Eichmann admitiu que podia ter recuado sob um pretexto qualquer, e outros o fizeram. Ele sempre considerou tal passo 'inadmissível', e ainda agora não o considera 'admirável'; isso significaria nada mais que a transferência para outro trabalho bem pago. A ideia de desobediência aberta, surgida no pós-guerra, era um conto de fadas: 'Naquelas circunstâncias esse comportamento era impossível. Ninguém agia assim'. Era 'impensável' (Arendt, 1999: 107).

Como chefe de comando das Forças Armadas, não sabemos o que poderia ter acontecido com Wilhelm Keitel caso ele tivesse se negado a obedecer às ordens de Hitler, no entanto, em sua argumentação, este não parece ser o ponto central, e sim, apenas uma justificativa, já que seu esforço maior é o de fazer uma *separação entre exército e NSDAP*. Uma separação como essa sendo aceita pelo tribunal significaria que a grande questão não era se ele poderia ter feito algo diferente, e sim, que aquela era a postura esperada de um militar, o que conseqüentemente queria dizer que a culpa da desumanidade da guerra, portanto, era de Hitler e de seus comparsas, e não do exército. O Führer, em sua perspectiva, estava usando o exército para seus próprios planos e objetivos e o grande erro das Forças Armadas, que ele só conseguia ver naquele momento sentado no banco dos réus, foi

exatamente permitir muitas conexões entre os militares e as organizações do Partido Nazista.

Essa distinção ideológica absoluta entre os oficiais do exército e o movimento nacional socialista caem por terra quando analisamos a postura dos militares nos países invadidos. Desde a ocupação da Polônia, em 1939, as notícias sobre o tratamento do exército alemão em relação aos poloneses e judeus poloneses mostravam que o objetivo de Hitler era tornar a Polônia o seu terreno de teste de teorias e práticas raciais. Com a instalação do Governo Geral, comandado por Hans Frank, que também estava sendo julgado em Nuremberg, deu-se início às práticas de confisco coletivo da propriedade polonesa, à exigência de trabalhadores poloneses para a economia do Reich, além do tratamento violento dispensado aos prisioneiros, que eram espancados constantemente e, finalmente, o extermínio em massa dos poloneses. Richard Evans ressalta que oficiais de alta patente do exército alemão, que por vezes possuíam um menor grau de influência das ideologias nazistas, criticaram com veemência as políticas de ocupação na Polônia: a expulsão ilegal de moradores, o confisco de bens dos poloneses, o auto enriquecimento ilícito devido ao furto, a apropriação indébita, a desobediência, o abuso de bebidas alcóolicas e os maus tratos e estupro de mulheres polonesas. Tais hábitos eram descritos como dignos de mercenários piratas (Evans, 2014a: 46). Para os poloneses restou a deportação, a criação de guetos, o confinamento em campos de concentração e, posteriormente, o extermínio.

A guerra que a Alemanha nazista estava travando não era meramente uma guerra expansionista e justamente por isso não podemos perder de vista os princípios ideológicos do movimento nacional socialista apresentados no início do artigo. A guerra racial não visava apenas a ocupação e sim a “limpeza” de territórios; era um conflito pautado em um *projeto* de construção ativa de um mundo ariano. Wilhelm Keitel poderia ser um desses oficiais que criticava as posturas mencionadas acima, mas não era. Ainda que esse fosse o caso, uma possível discordância individual não muda a compreensão da organização como um todo e esse era um dos motivos pelos

quais as Forças Armadas alemãs estavam sendo julgadas em Nuremberg. Mesmo que, de acordo com Hannah Arendt, uma das novidades do totalitarismo foi o deslocamento do poder do exército para a polícia secreta (Arendt, 1989), o exército teve, naturalmente, um papel fundamental durante a Segunda Guerra Mundial. A SS e suas ramificações entraram no conflito posteriormente e os militares cumpriram uma parte muito importante nos objetivos expansionistas do Terceiro Reich. Keitel, como chefe de comando das Forças Armadas, sendo julgado por suas ações e sua responsabilidade sobre a guerra, não poderia se desviar da importância de sua posição dentro da cadeia de comando.

Entretanto, na visão de Keitel, a culpa por todas as políticas da guerra deveria ser atribuída a Adolf Hitler, que era, ao mesmo tempo, um monstro e um gênio. A figura dúbia do líder nazista aparece também quando Hermann Göring e tantos outros colocam Hitler como um grande e inteligente estrategista e também um homem facilmente influenciável. Ao fim e ao cabo, no entanto, a culpa recaía nesse homem de imagens controversas: "Hitler nos dava ordens – e acreditávamos nele. Aí ele se suicida e deixa que nós carreguemos a culpa. Ele devia ter sobrevivido para arcar com sua parte [de culpa]" (Goldensohn, 2005: 204). Para Keitel, o Führer seguia os passos de Otto von Bismarck, mas não sabia a hora de parar: enquanto Bismarck foi bem-sucedido e conseguiu transformar a Alemanha em um país imperial, Hitler tinha ambições de realmente fundar uma outra Europa, com um grande território formado por arianos. O Reich de mil anos era uma aspiração que até então não tinha precedentes na história e, na visão do Keitel, naquele momento do julgamento, parecia impossível compreender como as coisas eram verdadeiramente, justamente pelo caráter do ineditismo presente desde os primórdios do movimento nacional-socialista.

Neste sentido, Keitel reafirma a sua distância de Hitler e a ausência de um relacionamento pessoal com o líder, já que, segundo ele, "as condições em que os generais se reuniam com Hitler, um após o outro, eram bem distintas, e você obterá um quadro diferente de cada um. Só posso contar minhas próprias experiências" (Goldensohn, 2005: 209). Sabemos, no

entanto, que esse afastamento do Führer era apenas um recurso narrativo, já que Wilhelm Keitel era um dos membros mais fiéis do séquito de Hitler. É importante ter isso em mente ao analisar sua narrativa, no entanto, o fundamental é compreender como o general busca dar sentido para essas justificativas, não só para o psiquiatra Leon Goldensohn, que o estava ouvindo naquele momento, mas para si próprio. Afinal, se entender e se apresentar como um militar distante do líder da Alemanha nazista poderia retirar sua culpa no nível jurídico daquele tribunal, mas poderia também apaziguar sua própria consciência, algo que Arendt compreende também na figura de Eichmann anos mais tarde (Arendt, 2004).

O dúbio Adolf Hitler aparece em sua narrativa ao mesmo tempo como um demônio e como um homem charmoso, alguém que possuía “uma força de vontade incomum”, que fazia tudo o que lhe vinha à mente. Apesar de ser um “homem demoníaco”, o líder era sensível e se importava com os outros, se preocupava verdadeiramente com os alemães. A sua perspectiva enquanto um general que em 1938 já cumpria essa função por trinta e seis anos era a clássica lógica militar de obediência sistemática. Tudo o que o Führer lhe dizia ou lhe ordenava era de fato encarado como as ordens de um oficial superior que deveriam ser obedecidas. Neste sentido, como dito anteriormente, trabalhar para a Alemanha correspondia a trabalhar para o Führer e construir ativamente o império alemão era de fato concordar tacitamente com a visão do líder nazista sobre esse futuro sonhado. E desse ponto de vista, Hitler sabia bem como escolher quem estava ao seu lado:

Hitler sempre disse que selecionava os generais pelas suas capacidades, e não pelas crenças políticas. Ele disse: ‘exijo três coisas de meus oficiais e generais. Primeira, capacidade para ocupar sua posição; segunda, que relatem a situação para mim honestamente; terceira, que sejam obedientes’ (Goldensohn, 2005: 212).

Não deixa de ser representativo o fato de Keitel ter sido um dos poucos nazistas, juntamente com Martin Bormann e Joseph Goebbels, que ficaram do lado de Hitler até o fim da guerra, mesmo quando o líder já estava completamente entregue à histeria. Keitel estava junto ao Führer após sua última aparição pública no seu 56º aniversário, em 20 de abril de 1945,

quando o Exército Vermelho já estava adentrando Berlim. Estava presente nos ataques histéricos de Hitler, nas reuniões para definir estratégias de tropas que nem sequer existiam mais, nos planos mirabolantes e na crença absurda em uma vitória milagrosa da Alemanha na guerra. Como lembra Richard Evans, os momentos finais de Adolf Hitler e do seu séquito no *bunker* representam uma tentativa de garantir um lugar digno na História para a Alemanha e, sobretudo, para o Terceiro Reich (Evans, 2014a: 825). A derrota deveria ser encarada de forma heroica: morrer lutando, ao contrário da rendição vergonhosa de 1918 que levava a Alemanha àquele caminho da ruína que os nazistas tentaram reconstruir.

Não muito diferente do que ocorreu em Stalingrado dois anos antes, em 1945 o Führer se recusava a ouvir os seus conselheiros militares e não aceitou a rendição até o último minuto. Coube a Wilhelm Keitel assinar a ordem de rendição da Alemanha ao Exército Vermelho e avisar Hitler, às três da manhã do dia 29 de abril de 1945, que a guerra estaria terminada no fim do dia, o mesmo Wilhelm Keitel que no ano anterior chorava de alegria ao constatar que seu líder havia sobrevivido à tentativa de assassinato no *bunker* - o famoso atentado de 1944 (Evans, 2014a: 732). Este era o mesmo Keitel que havia emitido a ordem em 1941 para fuzilar todos os comissários políticos do Exército Vermelho que foram capturados, a quem ele chamou de "criadores dos bárbaros métodos asiáticos de combate" e que em 1943 deu cabo à ideia de *guerra total*, com o controle da frente doméstica e o aumento da produção interna ao nível da exaustão populacional, que trabalhava sem acesso à matéria-prima suficiente (Evans, 2014a: 211,486). Wilhelm Keitel, o general que recebeu uma grande soma de dinheiro ao subir de patente e que tinha profunda estima pelos ideais prussianos militaristas e que, como a maioria dos generais, via "uma carreira e o posto de marechal de campo" como "mais importantes que os grandes exemplos práticos e valores morais que estão em jogo" (Ulrich von Hassel *apud* Evans, 2014a: 567).

Cabiam todos esses homens dentro do Wilhelm Keitel que estava sendo julgado em Nuremberg em 1945-46. Seu caso nos mostra como dentro de uma mesma pessoa existem contradições e percepções irreconciliáveis.

Afinal, como ser, ao mesmo tempo, apenas um soldado desinteressado e compreender os soviéticos como bárbaros, um argumento tão recorrente da retórica racial do nacional socialismo? É um exemplo clássico do que Tzvetan Todorov chama de *fragmentação*, a curiosa convivência do bem e do mal na mesma pessoa, intensificada pelo processo de generalização do estado de guerra, no qual o mundo se divide entre aliado e inimigo (Todorov, 1995). Como apresentado no início do artigo, ao analisar atentamente as narrativas desses homens podemos perceber o que restou, de forma por vezes subterrâneas, do princípio ideológico do nacional socialismo. Muitos usam dessas entrevistas como forma de justificar suas ações e apresentar os motivos que os levaram a fazer o que fizeram, e nessa narrativa, buscam construir um personagem mais palatável aos olhos do mundo do que eles pareceram ser durante o julgamento. De acordo com Wilhelm Keitel, “para entender como vim parar nesse banco de réus, talvez seja importante para um psiquiatra sabê-las [suas justificativas], assim como é importante para mim” (Goldensohn, 2005: 205-206). Era importante que um psiquiatra entendesse como ele chegou até ali, mas também era importante para ele próprio entender. *Quais foram os passos que ele deu até chegar naquele momento?*

Conclusão

O atentado de 20 de julho de 1944 foi uma tentativa fracassada de assassinar Adolf Hitler, visando fundar um governo comandado pela *Wehrmacht*. Após o insucesso do atentado, ficou mais do que evidente que, em relação à guerra, o destino de Hitler seria o destino do povo alemão. Para o Führer, perder a guerra significava uma derrota também para a ideologia nazista, uma derrota dessa visão de mundo e desse projeto de engenharia social. Era melhor que a Alemanha saísse desmantelada, mas vitoriosa - o que realmente não aconteceu. A Segunda Guerra deixou um rastro de destruição na maioria das cidades alemãs e um espectro de culpa coletiva pelos horrores do Holocausto. Ao fim e ao cabo, a guerra, de fato, não poderia ser dissociada da visão de Hitler de passado, presente e futuro. Contudo,

infelizmente, a ideologia nazista não foi varrida com as cinzas das cidades bombardeadas: ela permanece viva e à espreita.

Estudar as narrativas dos homens responsáveis por esse regime se mostra uma tarefa necessária para compreender as formas não tão óbvias sob as quais se baseiam a obediência e o trabalho. Eric Hobsbawm tem razão ao dizer que é difícil compreender o século XX, mas não é difícil julgá-lo (Hobsbawm, 1995). Levar a ideologia nazista a sério é fundamental para a compreensão do ressurgimento no mundo inteiro de discursos totalitários nos últimos anos do século XXI, já que, segundo Dominick LaCapra, “o que não é confrontado criticamente não desaparece; tende a retornar como o reprimido” (LaCapra, 1992: 126). Pensar as nuances da ideologia presentes em um oficial militar parece um passo importante para compreender como a Segunda Guerra Mundial pode ter sido, de fato, a guerra mais devastadora da história. O que busquei fazer, ao apresentar o caso de um nazista de alto escalão militar, foi tirar de Adolf Hitler toda a responsabilidade pela Segunda Guerra e pelo Terceiro Reich. O Führer precisou de homens dispostos a trabalhar em sua direção, a executar um Princípio de Liderança totalitário e a construir uma *Volksgemeinschaft* que culminaria em sua própria destruição – e Wilhelm Keitel foi apenas mais um desses homens. O objetivo, ao estudar essas narrativas, não está em buscar a verdade em suas palavras ou desculpá-lo de nada; pelo contrário, e ao longo do artigo tentei mostrar fundamentalmente onde estava a responsabilidade de Keitel e como ele próprio a queria apresentar. O tribunal serviu para definir uma narrativa sobre o Terceiro Reich que perdurou por muitos anos e que até os dias atuais gera muitos questionamentos. Não há uma linearidade metodológica sobre como compreender as noções de culpa, obediência e responsabilidade dentro de um regime totalitário – e por isso, também, essas questões retomam por vezes na memória coletiva. Nas palavras de Hermann Göring, o mais proeminente nazista e o membro mais importante do alto escalão sendo julgado em Nuremberg: “O estranho disso tudo é que *não me sinto criminoso* e que, se tivesse estado nos Estados Unidos ou na América do Sul ou em qualquer outro lugar, *provavelmente seria uma figura de liderança*” (Goldensohn, 2005: 177-178).

A verdade desta declaração chega a nos doer os ossos. E é justamente por isso que precisamos tentar manter viva a noção assustadora, porém verdadeira, de que categorias binárias como “nós bons” e “eles ruins” não servem para compreender o ser humano e suas práticas - nem no passado e nem agora. Como lembra Tzvetan Todorov, “não há boas novas sobre o Holocausto” (Todorov, 1995), no entanto, precisamos manter vivo o esforço de não desviar o olhar desse passado sombrio. Assim, analisar os discursos dos homens responsáveis por construir esse mundo totalitário parece uma das formas possíveis de levar a cabo essa tarefa.

Referências bibliográficas

ARENDDT, H. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das letras, 1989.
 _____. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. *Responsabilidade e julgamento*. 1ª Edição ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2020.
 BAUMAN, Z. *Modernidade e Holocausto*. 1ª Edição ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

CHAPOUTOT, J. *The Law of Blood: Thinking and Acting as a Nazi*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2018.

EVANS, R. J. *Terceiro Reich em guerra*. 2ª Edição ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2014a.

_____. *A chegada do Terceiro Reich*. 2ª Edição ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2014b.

GILBERT, G. M. *Nuremberg Diary*. New York, NY: Da Capo, 1995.

GOLDENSOHN, L. *As entrevistas de Nuremberg*. 1ª Edição ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HOBBSAWM, E. *Era dos extremos: O breve século XX (1914-1991)*. 1ª Edição ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KERSHAW, I. *The "Hitler Myth": Image and Reality in the Third Reich*. Reissue Edição ed. Oxford: Oxford University Press, USA, 2001.

_____. *Hitler, the Germans, and the Final Solution*. New Haven: Yale University Press, 2009.

_____. *De volta do inferno*. 1ª Edição ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

LACAPRA, D. Representing the Holocaust: Reflections on the Historian's Debate. In: *Probing the limits of representation: Nazism and the "Final Solution"*. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1992.

LUKACS, J. *O Hitler da História*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

PRIEMEL, K. C. *The Betrayal: The Nuremberg Trials and German Divergence*. Illustrated Edição ed. Oxford, United Kingdom: OUP Oxford, 2016.

TODOROV, T. *Em Face Do Extremo*. 1ª Edição ed. Campinas: Papirus, 1995.